

BOLETIM 131

Brasília, 30 de maio de 2016

Calixto é empossado para mais um mandato à frente da CNTI

Em uma cerimônia muito prestigiada, tomou posse neste domingo (29) a diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI, para um novo mandato, em que foi reconduzido o presidente José Calixto Ramos, que também preside a NCST.

Calixto, ao se dirigir aos presentes, agradeceu a confiança depositada para exercer mais um mandato à frente da entidade e discorreu sobre os principais desafios do movimento sindical e dos trabalhadores na atual conjuntura política.

Segundo ele, “é necessário, diante da grave crise política, econômica, social e ética, fortalecer a união dos trabalhadores e de suas entidades na defesa dos interesses sociais e trabalhistas que, mais uma vez, encontram-se ameaçados”.

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, presente ao evento, falou em nome das confederações nacionais de trabalhadores, ocasião em que destacou o “importante papel do presidente Calixto não apenas à frente da CNTI mas de todo movimento sindical brasileiro na luta pelos direitos e conquistas dos quais não podemos abrir mão”.



Com o presidente Calixto à frente, a nova diretoria da CNTI durante a solenidade de posse



O presidente Mazinho discursa durante a solenidade de posse da diretoria da CNTI



A mesa dos trabalhos durante a posse na CNTI

Mazinho, que foi diretor da CNTI por vários mandatos antes da constituição da CONTRICOM, afirmou que “quem não aprende a fazer sindicalismo com Calixto não aprende com mais ninguém”, referindo-se à liderança e experiência do presidente da CNTI.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Caged: de janeiro a abril mais 378 mil foram demitidos

Em um universo de 101,728 milhões de pessoas dentro da força de trabalho, 11,1 milhões estavam desempregados no primeiro trimestre, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos três primeiros meses do ano passado, o número de desempregados era de 7,9 milhões. Portanto, em um ano houve um crescimento de 3,2 milhões de desempregados sob o governo Dilma.

Com o interino Temer a situação vai piorar, segundo seu próprio ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que projetou para o final do ano um a taxa de desemprego de 14% da força de trabalho - 14,2 milhões de pessoas desempregadas no país.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) divulgado na quarta-feira (25) pelo Ministério do Trabalho registra que de janeiro a abril foram fechados 378.481 postos de trabalho formais e no acumulado dos últimos 12 meses foram demitidos 1.825.609 trabalhadores celetistas. Isso significa uma média de cinco mil trabalhadores por mês.

Somente em abril as demissões somaram 62.844, o décimo terceiro mês seguido de fechamento de vagas com carteira assinada.



A construção civil continua sendo um dos setores mais afetados pela recessão e o desemprego

No acumulado de janeiro a abril, o setor que mais demitiu foi o comércio: fechamento de 199.181 postos de trabalho formais, dos quais 192.457 no comércio varejista. A indústria de transformação também registrou um alto número de demissões: 85.886. Nove de 12 setores apresentaram mais desligamentos do que admissão. Os que mais fecharam vagas formais foram produtos alimentícios e bebidas (-26.525 postos), metalurgia (-17.502 postos), materiais de transporte (-16.313 postos), mecânica (-14.696 postos) e produtos minerais não metálicos (-13.448 postos).

Construção civil (-57.797 postos) e serviços (-50.343 postos) também fecharam um número expressivo de vagas formais.

Por região, o Sudeste apresentou o maior número de demissões, -203.574 postos, com destaque para São Paulo, com fechamento de 96.315 vagas formais. A seguir, vem o Nordeste com -164.845 postos. As maiores demissões ocorreram em Pernambuco (-45.710 postos), mas preciso registrar o fechamento de postos de



trabalho em um estado pequeno que nem Alagoas: -30.814 postos. Norte: -33.082 vagas.

O desemprego é o aspecto mais perverso da política neoliberal adotada por Dilma e Temer. Juros cavalares, corte de investimento público, desnacionalização e desindustrialização não poderiam resultar em outra coisa a não ser na maior recessão dos últimos 25 anos. E com ela o desemprego em massa registrado tanto pelo IBGE quanto pelo Caged do Ministério do Trabalho. Em 2015, o PIB encolheu 3,8% e o próprio governo projeta para este ano também uma queda de 3,8%, ou seja, a meta de Temer é repetir o fiasco de Dilma.

É bom registrar que a taxa básica de juros (Selic) é definida pelo próprio governo, através do Banco Central. Assim, ao manter o país como campeão mundial dos juros altos o governo deliberadamente transfere recursos públicos para o setor financeiro, sobretudo aos monopólios financeiros estrangeiros. R\$ 587 bilhões e 143 milhões, somente de janeiro de 2015 a março deste ano.

A Selic serve de referência para o conjunto da economia. Em abril, a taxa de juros do cheque especial atingiu o recorde de 308,7% ao ano. Já a taxa de juros do rotativo do cartão de crédito ficou em 448,6% ao ano.

O saldo de todas as operações de crédito concedido pelos bancos caiu 0,6%, em abril, quando ficou em R\$ 3,142 trilhões. Esse valor correspondeu a 52,4% do PIB, ante o percentual de 53% registrado em março deste ano. Segundo o Banco Central, “a desaceleração no mercado de crédito se deve, principalmente, à retração do nível da atividade econômica, à elevação das taxas de juros e ao patamar reduzido dos indicadores de confiança de empresários e consumidores, que

afetam negativamente a oferta e a demanda de crédito”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Grande São Paulo tem a maior taxa de desemprego em 10 anos: 16,8%

A taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo atingiu 16,8% em abril, o maior patamar dos últimos dez anos, revelou pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) na quarta-feira (25).

O número de pessoas que engrossaram as estatísticas de desempregados nos últimos 12 meses foi de 501 mil (totalizando 1,8 milhão de desempregados), um aumento de 36,6% em relação a abril anterior.

“O que está incomodando é a rapidez com que a taxa está crescendo e os elevados patamares que está atingindo em um curto espaço de tempo. Desde o ano passado, o crescimento foi muito intenso”, ressaltou o Dieese.

Em parceria com a Fundação Seade, o Dieese também divulgou dados do desemprego em outras quatro regiões metropolitanas, com alta expressiva em todas elas. O destaque, além de São Paulo, foi a região metropolitana de Salvador, cuja taxa atingiu a marca dos 23,4% da população economicamente ativa.

Em Fortaleza, a taxa ficou em 16,6% em abril; no Distrito Federal em 18,6% e em Porto Alegre; 10,5%.

O rendimento médio real despencou, para completar o cenário de profunda crise, seguindo a tendência dos últimos meses. Em São Paulo, a queda foi de 5,7% sobre março do ano passado (R\$ 1.952); em Salvador de -11,5% (passando a equivaler R\$ 1.263); -8,8% em Fortaleza (para R\$ 1.237); em Porto Alegre -6,7% (R\$ 1.935); e de -3,4% no Distrito Federal (R\$ 2.866).

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Dieese: para suprir as despesas básicas salário mínimo deve ser de R\$ 3.716,77

O atual salário mínimo, de R\$ 880, está muito distante de conseguir suprir com as necessidades básicas de uma família, como prevê a Constituição. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo deveria ser, em abril de 2016, de R\$ 3.716,77, ou seja, 4,22 vezes o valor estipulado pelo governo federal.

A pesquisa, que foi divulgada no dia 15 de maio, leva em consideração o valor da cesta básica mais cara entre as 27 capitais. Na avaliação do Dieese, esse mínimo “é o necessário para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação,



vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência”.

A lei determina que o reajuste anual do salário mínimo tenha como base a soma da variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) no ano anterior, acrescido da taxa de crescimento real do PIB dois anos antes.

Apesar do lastro da situação econômica atual, com PIB negativo e desemprego recorde, uma política de salário mínimo compatível com as necessidades de uma família de quatro pessoas “contribuem para fazer a roda girar, acelerando o consumo e, por consequência, a produção”, defende o Dieese, “desmistificando a ideia de que aumentar salário mínimo aumenta o desemprego”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Relator da Câmara apresenta parecer favorável a aumento da DRU para 30%

O relator da comissão especial que analisa a prorrogação da Desvinculação de Receitas da



União (DRU), deputado Laudivio Carvalho (SD-MG), apresentou parecer em que defende o relançamento da medida fiscal, que expirou em dezembro de 2015, como propôs a presidente afastada Dilma Rousseff.

Para Laudivio, “a medida fiscal é indispensável para o equilíbrio das contas públicas diante de um cenário conturbado, sobretudo depois do rebaixamento na nota soberana de crédito do País pelas agências de rating internacionais”, avalia o parlamentar.

A DRU foi criada em 1994 durante a implantação do Plano Real e tem sido usada sistematicamente para desviar recursos para o superávit primário, uma vez que ela permite o governo alocar onde quiser os recursos desvinculados de sua destinação original. Apenas em 2014, por exemplo, através da DRU foram desviados mais de R\$ 60 bilhões da Seguridade Social.

Em seu parecer, Laudivio Carvalho delimita a prorrogação do mecanismo até 31 de dezembro de 2019, conforme sugerido na PEC 4/15. A versão enviada pela presidente afastada Dilma Rousseff (PEC 87/15) mantinha o mecanismo até 2023.

A PEC ainda aumenta a DRU dos atuais 20% para 30% dos tributos arrecadados. Portanto, o aumento do percentual para 30% faz parte do “ajuste” para o governo garantir o superávit primário para ser torrado com juros, em um momento de queda da arrecadação por conta da recessão implantada no país.

Lauridio Carvalho também manteve a decisão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) de excluir da proposta os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os quais distribuem recursos da União para os estados dessas regiões. Essa medida diminui

em R\$ 4 bilhões de recursos que poderiam ser desvinculados.

O relatório também estende a DRU para os estados, o Distrito Federal e os municípios, como defendiam os ex-ministros da Fazenda Nelson Barbosa e Joaquim Levy. Proposta semelhante (PEC 143/15) já foi aprovada em primeiro turno no Senado.

A proposta não alcança os recursos destinados à saúde, à educação e a transferências constitucionais de estados e municípios.

Como observa o relatório, a DRU também não incidirá sobre fundos criados pelo Poder Judiciário, pelos tribunais de contas, pelo Ministério Público e pelas defensorias públicas, no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Exceção disto, todos os outros recursos poderão ser destinados em 30% para função diferente de sua atividade final original.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Limitação do investimento em Saúde e Educação é criticada por entidades

O governo Temer anunciou que vai propor mudança nas regras que controlam e estabelecem quanto dinheiro vai para as áreas da saúde e da educação. Na proposta do governo, os recursos destas duas áreas devem ser reajustados por, no máximo, a inflação do ano anterior. Se for aprovado pelo Congresso, a medida começará a valer a partir de 2017, e o reajuste será, assim, a inflação de 2016.



Entidades do setor de saúde prometem pressionar parlamentares para que não haja perda de recursos no setor.

“Vamos fazer política, pressionar senadores, deputados e o governo para que as regras se mantenham”, diz o médico Gastão Wagner Campos, presidente da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva).

Movimentos ligados à área educacional também demonstraram preocupação. “É uma sinalização de que não se trata mais de um investimento prioritário”, diz Alejandra Meraz Velasco, superintendente do movimento Todos Pela Educação.

Caso o Congresso acate a proposta do presidente interino Michel Temer (PMDB), acabando com as vinculações constitucionais, de gastos obrigatórios com saúde e educação, a situação das duas áreas seria intensamente agravada.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Servidores protestam contra fim do Ministério da Previdência

Os servidores do Ministério da Previdência, com o apoio da Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP) fizeram uma manifestação na manhã de terça-feira, na sede do extinto Ministério, exigindo a volta da Pasta, que foi anexada ao Ministério do Trabalho, em Brasília (DF).

Durante o protesto, servidores e aposentados deram as mãos em um grande

abraço ao prédio do Ministério e, sem seguida, ergueram a faixa escrita Ministério da Previdência Social, que simbolicamente substituiu o letreiro retirado. De acordo com nota da Cobap, este foi o primeiro de uma série de atos programados para os próximos dias, em defesa da Previdência e dos direitos dos Aposentados .

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Processos contra Dilma e Cunha voltam a agenda do Congresso

Os processos contra Dilma Rousseff e Eduardo Cunha voltam a ser destaque no Congresso Nacional. A comissão do impeachment deve votar nesta quinta-feira (2) a agenda de reuniões e votações.

O cronograma do relator da matéria, senador Antônio Anastasia, do PSDB, prevê a votação final do impeachment no plenário do senado para o dia 2 de agosto.

Na Câmara, deve ser apresentado o parecer sobre a denúncia de quebra de decoro contra o presidente da Casa afastado, Eduardo Cunha, do PMDB. Mas a votação deve ficar para a outra semana.

No plenário da Câmara uma medida provisória que destina o pagamento do benefício Garantia-Safra para agricultores familiares pode ser votado.

Já o plenário do Senado precisa votar, nesta terça-feira (31) a medida provisória do combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, Zika vírus e chikungunya.

Essa proposta perde a validade se não for votada. Ela permite que agentes de saúde possam forçar a entrada em imóveis abandonados para combater o mosquito.

Uma outra matéria que já está há algumas semanas na fila para ser votada é a PEC, Proposta de Emenda à Constituição, da desvinculação de receitas de estados e municípios.

Fonte: Portal EBC

Comissão de Combate à Violência contra Mulher promoverá audiências

A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher reúne-se na terça-feira (31) para votar três requerimentos de audiências públicas. Duas delas, por sugestão da deputada Carmen Zanotto, devem tratar de políticas e legislações, adotadas no Brasil e em outros países, para promover o empoderamento da mulher.

No primeiro debate, a proposta é discutir o empoderamento econômico e seus impactos na diminuição nos índices de violência de gênero. No segundo, a contribuição para esse empoderamento nas redes de atendimento de caráter multidimensional, que perpassam diversas áreas como saúde, justiça, educação, segurança pública, assistência social e cultura.

A terceira audiência, proposta pela deputada Luizianne Lins, irá debater a situação da violência contra as mulheres trans e travestis.

Também na pauta um pedido de informações à Secretaria Nacional de Segurança Pública, aos órgãos de segurança pública dos



estados e ao Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (MS) sobre dados estatísticos referentes a homicídios de mulheres. A intenção da deputada Luizianne Lins, autora do pedido, é discutir a efetividade da Lei do Femicídio (Lei 13.104/2015).

Fonte: Agência Senado

Relatório do TCU indica que funções e cargos em comissão custam R\$ 3,5 bi ao mês

Um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) indica que a administração pública federal gasta R\$ 3,471 bilhões por mês com funções de confiança e cargos comissionados. Desse montante, R\$ 2,816 bilhões vão para funções e R\$ 655,9 mil para cargos comissionados.

As funções de confiança só podem ser exercidas por servidores, enquanto os cargos comissionados são de livre provimento. O levantamento foi feito pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal do TCU e abrangeu 278 órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo estatais, autarquias e fundações.



O levantamento do TCU revelou que, da força de trabalho nos órgãos onde ocorreu o levantamento, 25,51% ocupam função de confiança. A proporção dos comissionados, ou seja, que não precisam ser servidores efetivos, é menor, de 5,42%.

Sem vínculo - Segundo o relatório, o Legislativo tem a maior proporção de servidores investidos em cargos comissionados sem vínculo com a administração pública: 97,3%. O poder que mais usa o próprio quadro para ocupar os cargos comissionados é o Judiciário, com proporção de 82,99%. Em seguida vêm o Ministério Público da União, com 65,82%, e o Executivo, com 64,45%.

Fonte: Portal BC

Projeto isenta aviso prévio indenizado de contribuição previdenciária

Em análise na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) 4685/16, do deputado Marinaldo Rosendo (PSB-PE), inclui o aviso prévio indenizado entre as verbas trabalhistas de caráter indenizatório que são isentas de contribuição previdenciária.

O aviso prévio é a comunicação obrigatória do empregador ao empregado, ou vice-versa, da intenção de romper, sem justa causa, o contrato. Durante esse período (30 dias mais 3 dias por ano de trabalho), o empregado pode optar por manter ou não seu vínculo de emprego.

Hoje, a legislação que trata da organização da seguridade social (Lei 8.212/91) determina que a verba recebida nos casos de aviso prévio

trabalhado está sujeita tributação. Entretanto, deixa de mencionar o caso da verba indenizatória recebida quando há quebra de contrato entre as rendas não tributáveis.

Segundo o autor da proposta, mesmo após o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconhecer a cobrança tributária indevida, a Receita Federal continua exigindo das empresas o pagamento de contribuição previdenciária sobre a verba indenizatória.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)